

ATA N.º 3/Júri

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 5 (CINCO) POSTOS DE TRABALHO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO RESOLUTIVO CERTO) - CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE LIMPEZA, PARA A DIVISÃO ADMINISTRATIVA (PISCINAS NATURAIS DO PORTO MONIZ E DEMAIS ESPAÇOS MUNICIPAIS COM INCIDÊNCIA TURÍSTICA

ATA DA REUNIÃO DO JÚRI PARA APRECIACÃO DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - ADMISSÃO E EXCLUSÃO

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Júri do procedimento concursal referido em epígrafe, constituído por Sandra Marlene da Câmara Rodrigues, Chefe da Divisão Administrativa, Presidente do Júri, Vânia Jesus Câmara Quinta, Técnica Superior, como vogal efetiva e Mónica Fátima Furriel de Sousa, Técnica Superior, como vogal suplente em substituição da vogal efetiva Maria José Teixeira Agrela, ausente por motivo de férias, a fim de procederem ao registo das alegações apresentadas em sede de audiência prévia, bem como das respetivas respostas e posterior elaboração da lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos.

Alegações apresentadas pelos candidatos, as quais ficarão anexas à presente ATA, nela se dando por integralmente reproduzidas:

– O candidato **Marco Eduardo Gomes da Horta**, apresentou o formulário de exercício do direito de participação de interessados, o qual fica anexo à presente ata e nela se dá por integralmente reproduzido, a apresentando documento onde declara reunir os requisitos previstos no art.º 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. **“O Júri reunido entende deferir e admitir a presente candidatura ao procedimento concursal”.**

– A candidata **Maria Dulce Fontes do Vale**, apresentou o formulário de exercício do direito de participação de interessados, o qual fica anexo à presente ata e nela se dá por integralmente reproduzido, a apresentando documento onde declara reunir os requisitos previstos no art.º 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. **“O Júri reunido entende deferir e admitir a presente candidatura ao procedimento concursal”.**

– A candidata **Rosa Maria Costa Fernandes**, apresentou o formulário de exercício do direito de participação de interessados, o qual fica anexo à presente ata e nela se dá por integralmente reproduzido, a apresentando documento onde declara reunir os requisitos previstos no art.º 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. **“O Júri reunido entende deferir e admitir a presente candidatura ao procedimento concursal”.**

– A candidata **Trezinha Concepcion Rodriguez Fernandez Brito**, apresentou o formulário de exercício do direito de participação de interessados, o qual fica anexo à presente ata e nela se dá por integralmente reproduzido, a apresentando documento onde declara reunir os requisitos previstos no art.º 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. **“O Júri reunido entende deferir e admitir a presente candidatura ao procedimento concursal”.**

Não se registaram quaisquer outras alegações relativamente à lista provisória de candidatos admitidos e excluídos, pelo que se mantêm todas as decisões e deliberações anteriormente tomadas relativas aos candidatos que optaram por não se pronunciar em sede de audiência prévia.

Assim, a lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos ao presente procedimento concursal, fica constituída da seguinte forma:

LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS ADMITIDOS

1. Maria Dulce Fontes do Vale
2. Marco Eduardo Gomes da Horta
3. Merícia Salustia Valente Valente
4. Rosa Maria Costa Fernandes
5. Trezinha Concepcion Rodriguez Fernandez Brito

LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS EXCLUÍDOS – motivo(s)

1. Afonso Rodrigues Alves Veiga Romão a); b); c); d)
 2. Hugo Filipe Calôr Oliveira a); b); c); d)
- a) Por ter não ter apresentado formulário de candidatura;
 - b) Por não ter apresentado fotocópia do certificado de habilitações;
 - c) Por não ter assinado e/ou datado o curriculum vitae;
 - d) Por não ter declarado que reúne os requisitos previstos no art.º 17.º, da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, cfr. exigido no aviso de abertura, publicado, de forma integral, na Bolsa de Emprego Público, ou seja: a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não interdito, independentemente do motivo, para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Possuir a robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprir as leis de vacinação obrigatória;


O júri deliberou notificar, **através de email**, os candidatos que apresentaram alegações em sede de audiência prévia da deliberação tomada quanto às mesmas, e proceder à afixação da presente ata no átrio do Edifício dos Paços do Concelho e no site da Autarquia em <https://www.portomoniz.pt/pt/documentos/category/606-2022>, para aí poder ser consultada.

Por fim o júri deliberou ainda que avançará, de imediato, para a aplicação do 1.º método de seleção – Avaliação Curricular – a todos os candidatos admitidos, método aquele que não carece da presença dos candidatos, e que o resultado do mesmo será divulgado posteriormente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

O Júri do Procedimento Concursal,


(Sandra Marlene da Câmara Rodrigues)


(Vânia Jesus Câmara Quinta)


(Mónica Fátima Furiel de Sousa)